



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Uma aposta política-teórica-ética-metodológica: o sofrimento encruzilhado

Autoria: Ueslei Solaterrar da Silva Carneiro (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), Laura Lowenkron
Este work propõe uma discussão genderizada e transviada no campo da saúde mental e sustenta uma discussão da saúde mental e processos de subjetivação no campo dos estudos transviados, tendo a dimensão racial como uma discussão transversal. A partir da noção de 'sistema de gênero moderno colonial' e de uma perspectiva analítica interseccional, realizou uma etnografia multisituada por meio da aproximação de espaços que foram aqui nomeados como dispositivos encruzilhados, e a partir das histórias de vida de quatro mulheres trans e travestis, com o objetivo de analisar as formas de gestão do sofrimento que atravessa essas mulheres. O sofrimento foi entendido aqui em seu duplo sentido, isto é, o de gerar e o de gerir. A partir dos itinerários de vulnerabilização, ou seja, da história da gestão do sofrimento pela Casa-grande, de um lado, e dos itinerários de encruzilhamento, que fala sobre os atos de rupturas e reconfigurações que as mulheres trans empreenderam nas estruturas de poder na tentativa de construção de outras formas de habitar o mundo, chega-se à noção do sofrimento encruzilhado como a interseção desses itinerários e trajetórias. Tensionando a noção de sofrimento que se tem apostado pelo saber-poder hegemônico, propõe-se o sofrimento encruzilhado como lugar de tensão, de tensionar as fronteiras do (im) possível, lugar de paradoxo, do ser e não ser, da opressão e da agência. É o lugar de onde se pode, a partir do encontro com as feridas e



traumas interseccionais, produzir outras narrativas, outras oralidades para que seja possível se contar outras e renovadas histórias sobre o tempo, o espaço e o ser e o viver do passado-presente-futuro. O sofrimento encruzilhado é o sofrimento interseccional, o sofrimento localizado, marcado pelas diferenças que fizeram a diferença na vida das pessoas, é o sofrimento que nos ajuda a (re) contar uma história. Em termos metodológicos, sugere-se um processo de reestruturação das práticas de cuidado em três níveis: dimensão simbólica, dimensão estética e dimensão metafísica. A encruzilhada é acionada aqui como necessidade de tensionar a modernidade ocidental e ?desencadeirá-la do seu trono?. Aponta-se para a urgência de engendrarmos outras respostas para esse sofrimento que não seja a medicalização, a patologização, a violência e o silenciamento. Engendrar novas políticas de cuidado a partir da invenção de outras políticas de compreensão etiológica sobre o sofrer. Portanto, esta noção de sofrimento; por se afastar da noção de ?sofrimento psíquico? ou ?transtorno mental?, e se aproximar da noção de ?sofrimento social?, se coloca como uma aposta, como um ato de se somar à necessidade de epistemologias que alimentam a produção de inflexões decoloniais e interseccionais.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: